



# O USO DO INVENTÁRIO NA SALVAGUARDA DE VILAS OPERÁRIAS

Eixo Temático 3 - Políticas para o Patrimônio Cultural: as instituições no estudo, inventariação, tombamento/registo, manutenção, recuperação e demais intervenções nos bens patrimoniais.

Carolina Fressatti Cardoso  
Mestranda, UEM, Brasil  
carolfressatti@gmail.com

Ricardo Dias Silva  
Professor Doutor, UEM, Brasil.  
rdsilva@uem.br

\* A revisão do texto é de responsabilidade dos autores

## RESUMO

O inventário é uma ferramenta usada para sistematizar informações de um determinado patrimônio para preservar a sua memória. Existem distintos tipos de inventário e categorias de patrimônio, a fim de se criar fichas que contenham as informações do bem cultural a ser preservado com informações para criar documentação eficaz para preservar as características distintas e/ou a história do bem cultural, muitas vezes com o resultado do tombamento. O presente artigo tem como objetivo discutir sobre o uso do inventário enquanto método de preservação de vilas operárias e entender como isso é feito hoje. O método utilizado foi a análise bibliográfica que permitisse identificar as vilas operárias como patrimônio ambiental urbano e como patrimônio industrial; e iconográfica com a abordagem do exemplo de Lagoa (PR) que se enquadra em vila operária planejada por uma empresa, a Klabin S.A., e apresenta as características específicas desse tipo de ocupação, além de ser caso que ainda carece de inventário e se beneficiária com a realização de tal. Como resultado, acredita-se que a ficha de inventário, a qual se enquadra esse assentamento, precise ainda de aprimoramento para que tenha em suas diretrizes questões que abordem a relação indústria-trabalho-arquitetura-cidade típico da formação de vilas operárias. Com a sugestão de levantar a discussão de subcategorias nas fichas que possam abordar diretrizes que tragam características que possam aprimorar o entendimento das mudanças dos meios de produção e do processo de industrialização no estado do Paraná e no país.

**Palavras-Chaves:** *vila operária; planejamento urbano; inventário; patrimônio ambiental urbano; patrimônio industrial.*

## ABSTRACT

The inventory is a tool used to systematise information about a particular heritage asset in order to preserve its memory. There are different types of inventory and heritage categorizations, in order to create forms containing the information of the cultural asset to be preserved with information to create efficient documentation to preserve the distinct characteristics and/or the history of the cultural asset, often with the result of permanent preservation. The present article aims to discuss the use of inventory as a method of preserving working-class villages and to understand how this is done today. The method used was the bibliographic that allowed to identify the worker villages as urban environmental heritage and as industrial heritage; and iconographic analysis with the example of Lagoa which fits into a workers' village planned by a company, Klabin S.A., and presents the specific characteristics of this occupation type, besides being a case that still lacks an inventory and would benefit from such an inventory. As a result, it is believed that the inventory form, to which this type of settlement fits, still needs improvement so that it may have in its guidelines questions that address the industry-work-architecture-city relationship typical of the formation of workers' villages. With the suggestion of raising the discussion of subcategories in the forms which could address guidelines that brings characteristics that can enhance the understanding of the changes in the means of production and the industrialisation process in the state of Paraná and in the country.

**Keywords:** *workers' village; urban planning; inventory; urban environmental heritage; industrial heritage.*

## INTRODUÇÃO

“Bem” cultural é um termo utilizado no campo do patrimônio cultural para descrever o objeto (tangível ou não tangível) que seja considerado de alguma importância. O “bem” cultural pode também vir com o significado de “coisa boa, aprazível, benéfica, gratificante, confiável” (MENESES *et al*, 2006, p. 35). Já, quando se fala em “inventário” se fala em produzir conhecimento através de critérios de um determinado bem, ou seja, é uma “coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural” (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 2).

Esses dois conceitos são utilizados ao se desejar manter a memória de um determinado objeto registrada e é, atualmente, um dos principais métodos de salvaguarda patrimonial. Dentro disso, existem diversos bens, assim como diferentes inventários. Logo, ao desejar inventariar um determinado objeto deve-se especificar o seu tipo para encontrar um inventário que caiba no seu caso. E no caso de vilas operárias tem algum método de inventário próprio a esse tipo de patrimônio?

O objetivo do presente artigo é trazer a discussão de como são propostos hoje os inventários para tombamento do patrimônio ambiental urbano dentro do caso específico das vilas operárias, em conjunto com o patrimônio industrial, e trazer um exemplo, que se beneficiaria com um inventário feito, para alimentar a discussão – a vila operária Lagoa implantada pela Klabin S.A. no século XX em Telêmaco Borba (PR). Busca-se compreender a utilização do inventário brasileiro no caso específico de vila operária, que poderia se encaixar no patrimônio ambiental e urbano por um melhor entendimento de suas especificidades. Nesse sentido, através do método historiográfico, foi feita revisão bibliográfica e levantamento iconográfico (realizado no caso de Lagoa) para embasar a discussão. Ao se falar de inventário e vila operária é importante a sua contextualização, brevemente, através da história e como é visto atualmente, são abordados inicialmente o contexto de inventário, patrimônio urbano ambiental e patrimônio industrial, para posteriormente fazer a discussão das vilas operárias e inventário específico, por fim, o exemplo da vila de Lagoa. Esse artigo faz parte de uma coleta de dados realizada para dissertação de Mestrado do Programa Associado de Pós-graduação UEL/UEM.

## CONTEXTUALIZANDO

### INVENTÁRIO

Foi no período renascentista que surge a ideia de estudar e conservar um edifício, quando começa-se a considerar a arquitetura um testemunho histórico e uma obra de arte. A ideia de inventário, mais próximo do que se tem hoje, surgiu na França do século XVIII. Nesse momento, pós-Revolução Francesa, muitas obras foram tomadas da nobreza, e viu-se a necessidade de identificar, caracterizar e descrever esses bens. Porém as tentativas de inventariação no século XIX não foram consideradas bem-sucedidas (CHOAY, 2017; OLENDER, 2010).

Um marco na documentação patrimonial foi a Carta de Atenas de 1931, a qual declarou que caberia a cada país desenvolver seu inventário e foi dada a sugestão de que os arquivos reunidos pudessem ser depositados no Conselho Internacional de Museus, para que os

processos e métodos de conservação fossem publicados (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931). Porém, a carta não deixa um método para se criar o inventário, ou seja, não foram deixados pré-requisitos para a sistematização das informações dos bens patrimoniais, o que deixou bem em aberto como fazer isso.

Em seguida, diversos documentos foram redigidos, em países e em convenções diferentes, mais cartas foram feitas para auxiliar na preservação patrimonial. De modo geral, os inventários são tratados como recomendações nesses documentos internacionais. As organizações internacionais envolvidas na elaboração desses escritos, buscam considerar a cultura como algo importante nas relações humanas e que possam contribuir com o entendimento entre populações distintas e preservar os bens culturais. Logo, foram elaboradas distintas modalidades de inventário. E esses documentos são utilizados até hoje como base para patrimonialização (MOTTA; REZENDE, 2016).

No caso brasileiro, a preocupação em inventariar os bens culturais se encontra desde 1939 ainda no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O Patrimônio Histórico e Artístico foi instituído pelo Decreto-lei n.25, de 30 de novembro de 1937, com a Constituição de 1988 no Artigo 216, o conceito de patrimônio foi ampliado para Patrimônio Cultural. Em 2017 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN – derivado do SPHAN, hoje chamado de instituto) lançou o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), instrumento que objetiva integral os dados sobre patrimônio cultural, possui como foco o bem material, e busca reunir informações em uma base única, ou seja, reunindo em um mesmo lugar informações de cidades históricas, bens móveis e integrados, paisagens, entre outras ocorrências do patrimônio cultural brasileiro. É constituído por fichas agrupadas nos módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro; cada um correspondente a uma abordagem do patrimônio cultural com fichas estruturadas para a coleta e organização de informações de acordo com o objetivo do estudo ou inventário. Essa sistematização de dados foi idealizada para ampliar a abordagem do patrimônio, partindo do geral para o específico, possuindo recortes temáticos e territoriais, além de possibilitar o uso de outras metodologias para complementar os estudos, como o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC – que é voltado aos bens imateriais) (BARATTO, 2017).

### **PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO**

Ao se interpretar o patrimônio relacionado a paisagem, pode-se dizer que a paisagem é um produto da cultura e ação humana, é um conjunto de formas que expressam heranças das relações entre homem e natureza. O patrimônio ambiental urbano pode ser enquadrado dentro dessa ideia, é algo considerado recente com discussões sobre o tema emergindo principalmente a partir da década de 1970. Instituições como o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) reconheceram o patrimônio ambiental urbano de modo formal e concordaram que fizesse parte do processo normal de planejamento nacional, regional e local (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016; MENESES *et al*, 2006).

Yázigi (2012) defende que a conceituação de patrimônio ambiental urbano seja ampla, e que se fala de “ambiente” e não espaço físico em si, mas que evidencie as relações processadas nesse lugar. Esse tipo de patrimônio pode ser citado como preservação do entorno de monumentos tombados, mas também como ambientes não tombados e não monumentais, protegendo o valor social do território.

Logo, para se conceituar esse tipo de patrimônio pode-se dizer que é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e natureza existente na cidade, sendo esses bens regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas. Não possui um limite espacial, pode ser de diferentes escalas e formas urbanas, porém contém o simbolismo de significado único, em conjunto. A memória do ambiente urbano não vem da ideia de “passado” e sim do sentido social, em que a dimensão territorial tem relevância na vida dos habitantes. Esse patrimônio deve acompanhar os processos de desenvolvimento urbano e social do espaço. Além disso, sua salvaguarda pode vir a auxiliar em políticas urbanas quando feito em consonância com o planejamento urbano (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016; YÁZIGI, 2012).

### **PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**

Similar ao patrimônio ambiental urbano, a preservação industrial é considerada relativamente recente na história, já que surge com a ampliação do conceito de bem cultural e não desde o início das discussões de preservação. Segundo Kühl (2006) o debate desse tema teve início na Inglaterra, nos anos de 1950 e 1960, quando importantes construções industriais foram demolidas, e trouxeram à tona a ideia de memória do processo de industrialização e do modo de vida representado pelo bem industrial. Foi em 1972, em convenção da UNESCO em Paris, que foi criada a Lista do Patrimônio Mundial que listava diversos tipos de patrimônio e incluía o industrial (LINS, 2012).

Silva (2015) afirma que o patrimônio industrial pode ser considerado um “arquivo a céu aberto”, não só pelas características materiais de valor artístico, mas também pela conexão entre período histórico e modo de vida de uma classe trabalhadora. Logo, é um tipo de patrimônio que permite estabelecer um elo entre as formas de produzir e a cultura.

A industrialização teve e tem papel fundamental no destino de um estado, região ou cidade. E no caso da arquitetura existem vários exemplos de valor histórico, formal, memorial e simbólico destas construções e complexos. Muitos representantes da arquitetura industrial são um testemunho de um período da história indicado pela transposição de estilos e materiais. Para Kühl (2006) há casos que interessam pela escala, pela composição, pelos variados tipos arquitetônicos e pelo uso de novas técnicas e materiais construtivos.

Ao se pensar nas fábricas e seu entorno como testemunhas de uma identidade local e representação do passado é necessário reconhecer o valor de memória social e buscar a promoção de tombamento, por meio de inventário, para se evitar a descaracterização e desvalorização do bem que pode vir a dificultar a transmissão das informações (SILVA *et al*, 2018).

## **INVENTÁRIO DE VILA OPERÁRIA: LAGOA**

### **VILA OPERÁRIA**

Com a Revolução Industrial a partir do século XVIII mudanças ocorrem nas cidades, dentre delas, o aumento populacional que, conseqüentemente, alterou a distribuição territorial da população. Um fator para tal, foi a alteração da técnica produtiva, que auxiliou na concentração de pessoas em um mesmo espaço, modificando o equilíbrio populacional entre cidade e campo. Além disso, com o desenvolvimento técnico das fábricas, elas passam a atrair cada

vez mais famílias derivadas do trabalhador industrial o que contribuiu para a densidade na cidade (BENEVOLO, 1981).

Inicialmente as vilas operárias eram aglomerados urbanos formados no entorno das fábricas para responder a demanda de moradia operária, desse modo, essa ocupação cresceu desordenadamente, sem condições de higiene e salubridade. Principalmente no final do século XIX e início do século XXI, essas aglomerações começaram a causar problemas à vida operária e às empresas, já que a organização espacial contribuía com conflitos trabalhista e greves. Assim passam a aparecer as vilas operárias planejadas ou *company towns* (CRAWFORD, 1995).

Diversas análises explicam a emergência das vilas operárias planejadas como uma estratégia entre o capital e o trabalho, isto é, o uso da vila para atrair o trabalhador ou para disciplinar os operários. Segundo Willer (1997), as *company towns* foram a concretização dos ideais modernos de organização social voltadas para a produção, pois, possuía a proposta de um local restrito que reunia e disciplinava a mão de obra, trazendo uma proposta de sociedade organizada. Blay (1980) afirma que a implantação dessas vilas operárias, vinculando alojamento e emprego, visava garantir suprimento de forças de trabalho, controle salarial e dominar movimentos políticos.

A construção por empresas de moradias para seus operários em cidades ou em localidades rurais teve início a partir do século XIX. Isso, segundo Correia (2001), deu origem a comunidades habitadas por empregados de uma mesma companhia e que ela detinha, frequentemente, o controle das casas, equipamentos e serviços. Idealizadas e planejadas pelas próprias empresas, as vilas se multiplicavam em volta de minas ou de fábricas. Existiam vilas de diversos tamanhos e diferentes estruturas; desde apenas uma rua a aglomerados de ruas e cidades inteiras.

O termo “vila” é, desse modo, comumente usado para diversas denominações, aglomerados em áreas rurais, bairros em periferias assim como conjuntos de casas de arquitetura semelhante. Ainda no caso de aglomerações ligadas a indústria é possível citar designações distintas de acordo com suas características – vila operária, bairro proletário, cidade operária, cidade-companhia, cidade-empresa, entre outros (BLAY, 1980; CORREIA, 2001). Com a denominação de “vila operária” pretende-se no presente texto retratar o caso de comunidades planejadas habitadas principalmente por trabalhadores de uma mesma companhia, e que a empresa possua parte substancial do local e das casas.

### IMPORTÂNCIA DO INVENTÁRIO NA VILA OPERÁRIA

Quando se fala em patrimônio industrial, necessariamente se aponta para um aspecto dinâmico da cultura, pois é um bem que carrega em si aspectos produtivos, meios de transporte instalados e formas de produção de energia. Dessa maneira, passa a ser um representante histórico, formal, simbólico e memorial (KÜHL, 2006). Enquanto o patrimônio ambiental urbano vem a ser entendido como uma forma espacial de assentamento humano, um caso espacial de sociedade que apresenta relações humanas entre os homens nesse espaço, podendo qualificar a cidade como bem cultural com diferentes escalas e atores (MENESES *et al*, 2006).



Ao juntar os dois conceitos de patrimônio é possível encaixar a vila operária como caso especial, com configurações de ambos enquanto bem cultural. Meneses *et al* (2006) realçam que “o cotidiano e o universo do trabalho são a melhor bússola para assegurar o rumo legítimo e eficaz nas ações governamentais no campo do patrimônio ambiental urbano” (MENESES *et al*, 2006, p. 53). Assim, seria de interesse criar condições mais favoráveis a inclusão social de uma cidade no campo do patrimônio ambiental urbano através da análise de vilas operárias, e através delas junto com o patrimônio industrial reconhecer a primazia do cotidiano e do universo do trabalho nas políticas de proteção patrimonial.

Além disso, é possível afirmar que as vilas operárias são exemplo importante de modificações urbanas e sociais após o período de industrialização. Esse tipo de assentamento permite entender os processos de modernização da cidade; a relação entre homens livres e ex-escravos e seus lugares na cidade; a história das transformações urbanas e a relação da habitação popular. Enquanto as habitações presentes nas vilas possam ser consideradas por alguns de pouca relevância, elas possuem, na verdade, valor intrínseco de arquitetura popular ao auxiliar a compreender o quadro sociocultural que deu origem a esse tipo de ocupação (NASCIMENTO, 2011).

Ao se analisar a vila operária planejada por uma empresa pode-se ter um ponto de observação que contribua para avaliar as características locais influenciadas pela indústria. A localização, organização da fábrica, usina de energia, sistema de transporte, alojamentos residenciais e instalações urbanas, são “elementos que implicam relações sociais baseadas em rotinas práticas de trabalho específicas” (GUNN; CORREIA, 2005, p. 18). Por fim, o inventário dessas vilas permite a compreensão do operariado, as condições de reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo em que remete ao desenvolvimento urbano e o tipo de ocupação daquele espaço em função da indústria.

De acordo com os atuais instrumentos de inventário, o IPAHN possui fichas de inventário por categoria: lugares, objetos, celebrações, forma de expressão e saberes. Em todos os casos, deve conter uma ficha de Projeto, que estrutura o inventário e tem como objetivo auxiliar na coleta de dados, e uma ficha de Território, que deve conter denominação, referências de localização, descrição, história, e dados socioeconômicos (IPHAN, 2016). Para o caso das vilas operárias o mais próximo seria o de “lugar” que inclui desde bosques, praças, edifícios até paisagens inteiras; já a avaliação seria considerada um aglomerado urbano. Dentro dessa ficha é orientado ter as seguintes informações: identificação, que engloba nomes, imagens, o que é, onde está, períodos importantes, história, significados; descrição com pessoas envolvidas, elementos naturais, elementos construídos, vestígios, materiais, técnicas ou modos de fazer, medidas, atividades que acontecem no lugar, manutenção, conservação; avaliação, pontos positivos do lugar (IPHAN, 2016, p.33-38).

No entanto, essas informações requeridas servem apenas como diretrizes a serem seguidas, sem padronização fixa. Existem estados e cidades com procedimentos e formulários próprios, como São Paulo, Curitiba e Uberlândia (BONONI, 2018). Dessa forma, há várias formas e critérios de inventariar, não havendo um procedimento estabelecido e consolidado, deixando a ficha genérica o que pode deixar passar alguma característica do objeto avaliado. Com as vilas operárias muitas vezes se fica entre dois tipos de patrimônio distintos, enquanto dever-se-ia uni-los em um caso único. Ao mesmo tempo, as atuais legislações, instituições e práticas do

patrimônio ambiental urbano que deveriam atuar com o território da cidade e atributos diferenciais, atuam com mecanismos de preservação isolados que não possibilitam a comunicação entre as tarefas de preservação e as de ordenação urbana. Isso deixa claro, segundo Meneses *et al* (2016), o descompasso da problemática do patrimônio ligado ao urbano, já que seria ideal considerar o cultural a dimensão social da cidade.

Outros países possuem modos distintos de se inventariar, alguns desses similares ao brasileiro já outros possuem diretrizes e classificações diferentes. A exemplo dos KITS – Portugal, um extenso manual para a realização de fichas de inventário próprias à arquitetura e ao urbanismo. Os KITS foram elaborados pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e pelo Instituto de Gestão do Património (IGESPAR), ambos institutos portugueses. Possui cinco volumes, que são divididos em diferentes tipos: Kit 01, Patrimônio Arquitetônico geral; Kit 02, Patrimônio Arquitetônico habitação multifamiliar do século XX; Kit 03, Patrimônio Industrial; Kit 04, Patrimônio Urbanístico (*no prelo*); Kit 05, Patrimônio Arquitetônico edifícios conventuais capuchos; Kit 06, Patrimônio Arquitetônico igrejas de misericórdia (IHRU; IGESPAR, 2010). Bononi (2018) diz que os KITS trazem ferramentas de inventariação aproximando a participação de outras entidades e dos cidadãos para identificar e salvaguardas o bem patrimonial português.

É claro que o exemplo português não necessariamente funcionaria dentro do contexto brasileiro e poderia ainda faltar elementos essenciais, mas traz nesse momento a reflexão da possibilidade da realização de fichas de inventário que sejam mais específicas a fim de caracterizar melhor o bem cultural. Portanto, mesmo que usando a ficha de inventário de lugar para se avaliar uma vila operária, falta ainda o conceito de patrimônio industrial intrínseco a esse tipo de assentamento. Enquanto seria possível colocar elementos físicos do local, faltaria ainda os elementos que fazem das vilas únicas, elementos esses ligados a indústria e construção diretamente ligados ao trabalho.

#### **LAGOA: KLABIN S.A. NO PARANÁ**

Para finalizar, é possível exemplificar a importância do inventário, seu uso como documentação memorial industrial e urbano; com um caso de vila operária que foi construído no interior do estado do Paraná e que não tem documentação formal até o momento. Lagoa, foi construída pelas Indústrias Klabin na década de 1940 no atual território de Telêmaco Borba (PR).

A Empresa Klabin surgiu no Pós Segunda Guerra Mundial com o incentivo do governo Getúlio Vargas. Sua produção é principalmente de celulose e papel. Os fundadores, a família Klabin, vieram da Lituânia no final do século XIX. De origem judaica, iniciaram suas atividades no comércio e importação de papel. A empresa teve vários nomes desde a sua criação, dos quais Klabin do Paraná de Celulose S.A., atualmente a empresa adota o nome Klabin S.A. e se separa em unidades pelo país, chamando a aqui descrita de Unidade Monte Alegre (PR).

A Klabin implantou alguns acampamentos para apoio às suas atividades no Paraná, na Fazenda Monte Alegre, na época pertencente ao município de Tibagi e próximo ao rio Tibagi (PR). O primeiro, chamado Lagoa, funcionou como centro administrativo do setor florestal e do serviço de tráfego e núcleo residencial dos trabalhadores envolvidos nesses setores. Outro núcleo foi Mauá, criado próximo a usina hidrelétrica. O terceiro núcleo, Harmonia, localizada junto às instalações fabris, foi o maior núcleo e o mais conhecido. Outros núcleos habitacionais

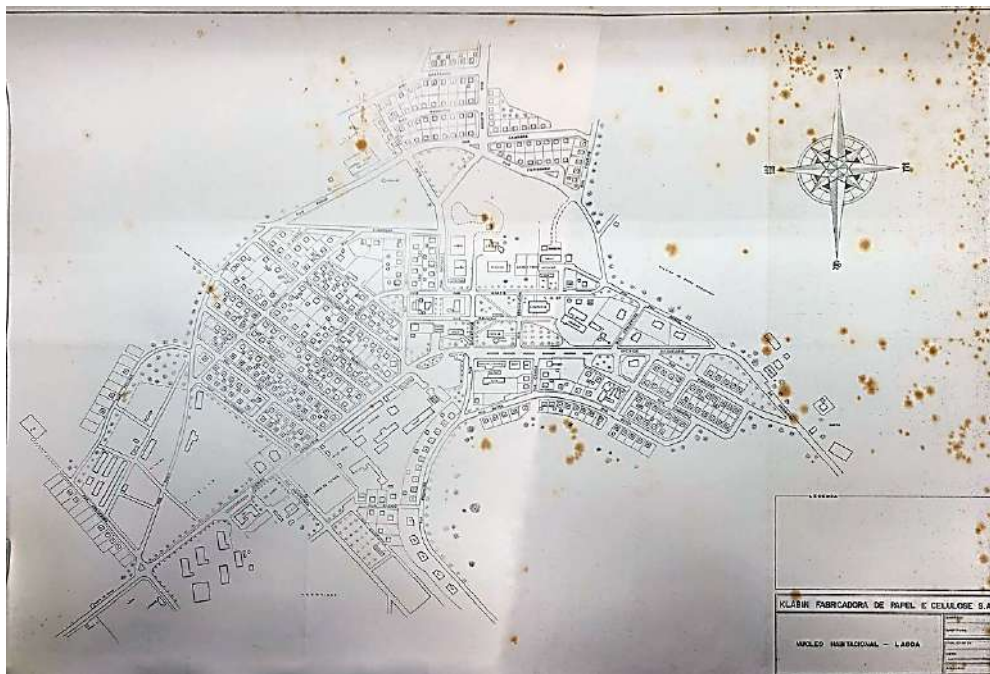


foram: Antas, Palmas, Miranda, Mandaçaia e KM28, vilas rurais menores (CORAIOLA, 2003; PIQUET, 1998).

Lagoa foi o núcleo inicial da fábrica e começou como um acampamento com algumas casas consideradas simples. Como a vila foi tida inicialmente como provisória a infraestrutura urbana era precária com a rede de esgoto e água dispostas superficialmente (CORREIA, 1998; CUNHA, 1982).

Em 1940 já eram realizadas obras para transformar esses barracões provisórios em uma infraestrutura urbana com condições de abrigar os trabalhadores para as obras da Klabin. O planejamento de Lagoa foi visto como um teste para a maior vila, Harmonia, porém em menor dimensão e densidade, e mais afastada da indústria. Dentre as construções da vila havia residências e dormitórios coletivos, hotel, escola, grêmio recreativo, capela e armazém (CORREIA, 1997; WILLER, 1997). O acesso principal da vila é feito pela rodovia. Através da vista aérea da vila operária (Figura 1), se vê a avenida principal, Avenida Araucária, que divide Lagoa em duas porções, a da direita principalmente com barracões e administração da Klabin e a da esquerda com as habitações e serviços urbanos.

Figura 1: Prancha de implantação do planejamento de Lagoa em 1942.



Fonte: Centro de Memória da Klabin, 2023.

A maioria das construções da vila operária eram em madeira, tanto habitações como os equipamentos, principalmente no sistema construtivo de tábua na vertical e mata-junta. Com casas chamadas de “geminadas três a três” no núcleo inicial, foram depois substituídas por casa isoladas no lote, com variação em material tanto em madeira como em alvenaria, todas dotadas de sanitários e eletricidade. O Hotel Lagoa feito em 1942 foi planejado por Vitório Colle, no mesmo período foram construídos escola, posto médico e farmácia (CORREIA, 1998).

Figura 2: Habitação em Lagoa em 2022.



Fonte: Google Earth, 2022.

Figura 3: Avenida Araucária e a lateral de um galpão da empresa em 2022.



Fonte: Google Earth, 2022.

Com a construção da vila Harmonia as construções em Lagoa entraram em declínio. Atualmente a vila encontra-se em um terreno privado com acesso feito mediante permissão da empresa. Restam algumas casas e barracões, e é possível ainda ver o sistema urbano feito com a reforma de infraestrutura. Posteriormente foi criada a última vila da Klabin próxima a Harmonia, a Cidade Nova, que veio a se tornar a atual cidade de Telêmaco Borba (PR). Hoje, Lagoa encontra-se em um terreno privado com acesso feito mediante permissão da empresa. Restam algumas casas e barracões, é possível ainda ver o sistema urbano feito com a reforma de infraestrutura, e a Klabin é responsável pela manutenção do local também.

Ao observar o caso de Lagoa é observado uma vila com caráter provisório e reformada de modo planejado por uma empresa pela influência da sua indústria, parcialmente edificado em madeira com características modernas de habitar e que deu início posteriormente à outras vilas operárias e à cidade de Telêmaco Borba. Dentro do contexto urbano dessa vila são observadas características econômicas, sociais, arquitetônicas e urbanas. Mostrando uma sociedade como um todo que foi criada e desenvolvida em decorrência da indústria, mas que carece de documentação.

O inventário caberia aqui como uma ferramenta para se evitar o esquecimento dessa vila já que no momento ela não é mais tida como vila operária e sim como propriedade privada. Ao se sistematizar as informações de Lagoa categorizando como patrimônio ambiental urbano e

patrimônio industrial é possível fazer a manutenção da memória de um modo de ocupação territorial vinculado a um projeto nacional de desenvolvimento econômico e de industrialização não mais vigente. Seria possível também a análise dentro do planejamento urbano e as influências modernas vigentes. Assim como, a arquitetura popular operária e as técnicas construtivas adotadas que trazem entre elas uma técnica típica do interior do Paraná, a tábua e mata-junta. Logo, essa vila documentada por meio de inventário teria suas características passadas e, também, as suas modificações ao longo do tempo, já que o patrimônio não é imóvel, um bem patrimonial é vivo e tende a sofrer modificações, o que não o desclassifica de ter valor cultural e merecer ter sua memória preservada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função do inventário é manter a memória de um dado patrimônio desde sua concepção até suas transformações; dentre os diferentes tipos de patrimônio, tem-se o ambiental urbano que faz referências às paisagens urbanas, bairros, cidades e seus elementos relacionadas a vida cotidiana; tem-se, também, o industrial que liga um determinado período a um conjunto industrial, revelando elementos do vínculo trabalho e modo de vida. A vila operária é uma ocupação marcante na história internacional e nacional, a organização do trabalho e a vida nesses núcleos teve um processo de adaptação dos novos hábitos domésticos e de lazer submissos a atividades diárias regidas pelo tempo e à disciplina da fábrica. Essa organização era vista na disposição das ruas, casas e equipamentos; além da relação organizacional e de hierarquia entre os moradores.

A utilização do inventário enquanto manutenção da memória e como ferramenta de preservação é de interesse das instituições e da sociedade, no entanto, a discussão dessa ferramenta não deve ficar em inércia já que os tipos de patrimônio e suas características são vários, além de se transformar junto com a sociedade. Dentro desse contexto, acredita-se que a atual ficha de inventário que poderia ser usada em caso de preservação de vila operária ainda seja insuficiente por ser ampla e podendo deixar de abordar as questões relativas a trabalho, energia, sociedade e cultura industrial. A exemplo de outros modelos já existentes, busca-se mostrar a possibilidade da criação de subcategorias que consigam trazer diretrizes para sistematizar as informações de um patrimônio ambiental urbano e industrial que é a vila operária.

Lagoa aparece aqui para mostrar sua importância local, tendo sido ponto de partida para o surgimento do município de Telêmaco Borba no interior do Paraná e de trazer em si características urbanas e arquitetônicas válidas de registro. Cabe observar que essas informações contribuem para o entendimento das mudanças dos meios de produção e do processo de industrialização do estado. Com esse exemplo pode-se ver aqui exatamente as características de ambos os tipos de patrimônio discutidos, fomenta a discussão de “valor cultural” e de como inventariar. Portanto, o registro memorial do bem seria benéfico, porém com a sugestão da utilização de diretrizes que consigam englobar mais características específicas da ocupação de vila operária.

## REFERÊNCIAS

- BARATTO, R. Iphan lança plataforma de conhecimento e gestão do patrimônio construído. ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/883302/iphan-lanca-plataforma-de-conhecimento-e-gestao-do-patrimonio-construido> >. Acesso em: 08 de abr. 2023.
- BENEVOLO, L. As origens da urbanística moderna. Brasil: Martins fontes, 1981.
- BLAY, E. A. Dormitórios e Vilas Operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro. In: Habitação em questão, p. 143 - 154. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BONONI, W. T. Memória e preservação: Capela Imaculada Conceição em Cruzeiro do Oeste PR. Dissertação (Mestrado) – Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2018.
- CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2017.
- CORREIA, T. B. A socialização das cidades empresariais e o desmonte dos requisitos urbanos da vida fabril: tendências recentes no sul do Brasil. In: 49 Congresso Internacional de Americanistas: Foro de Investigação: Condições devida e organização do espaço urbano em cidades brasileiras (séculos XIX e XX). Quito, Equador, 1997.
- CORREIA, T. B. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 4, p. 83-98, 2001.
- CORREIA, T. B. Núcleo fabril X cidade livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. In: V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, PUC Campinas, 1998.
- CRAWFORD, M. Building the workingman's Paradise – the design of american company towns. Nova Iorque: Verso, 1995.
- CUNHA, A. C. O homem papel: análise histórica do trabalhador das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A: 1942-1980. Dissertação (Mestrado) – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1982.
- DA SILVA, W.; MARIA, Y. R. A importância da preservação do patrimônio industrial. In: Colloquim Socialis. V. 02, n. 2. Presidente prudente, 2018.
- DE OLIVEIRA, A. T.; RODRIGUES, M. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. Revista CPC, n. 22, p. 70-91, 2016.
- GUNN, P.; CORREIA, T. B. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 7, n. 1, p. 17-17, 2005.
- IHRU, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; IGESPAR, Instituto de Gestão do Patrimônio. Kits – património | kit01. Lisboa, IHRU, IGESPAR, n. 1, versão 1.0, 2010
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília-DF, 2016.
- HOFFMANN, A. C. Registrar para Preservar: a arquitetura religiosa em madeira na cidade de Maringá-PR. Dissertação (Mestrado) – Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015.

KUHL, B. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. São Paulo: IPHAN, 2006.

LINS, A. P. M. B. O patrimônio industrial ferroviário e os instrumentos voltados para a sua salvaguarda. In: Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo. V. 02, n. 2., 2012.

MENESES, U. T. B. de; et al. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. E ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NASCIMENTO, F. B. Blocos de memória: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

OLENDER, M. Uma "medicina doce do patrimônio". O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. Arquitextos, São Paulo, ano 11, n. 124.00, Vitruvius, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SILVA, L. M. Patrimônio industrial: passado e presente. São Paulo: IPHAN, 2015.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas. Escritório Internacional de Museus. Atenas, 1931. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

WILLER, M. Harmonia: uma utopia urbana para o trabalho. Dissertação (Mestrado) – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

YÁZIGI, E. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. Revista Hospitalidade, v. 9, n. 1, 2012.

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

---

C749 Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário (2023 : São Carlos, SP)  
Anais do Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário, 08 a 10 de maio de 2023 / editores: Paulo César Castral... [et al.]. – São Carlos-SP: IAU/USP, 2023.  
463 p

ISBN: 978-65-86810-65-3

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Urbanismo. 5. Pesquisa. I. Castral, Paulo César, ed. II. Título.

CDD 720.63

---